



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 25/2022

CONTRATO TRE-RO N. 25/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRE-RO N. [0000065-35.2020.6.22.8000](#)

EDITAL DE LICITAÇÃO DO TRE-PB PREGÃO ELETRÔNICO N. 02/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TRE-PB N. 38/2022

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA APPROACH TECNOLOGIA LTDA.

Adesão à Ata de Registro de Preços – ARP n. 38/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2022, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), assinada em 22/07/2022, publicada no DOU n. 139, de 25/07/2022, Seção 3, fl. 140. Vigência por 12 meses, a contar de 22/07/2022 a 22/07/2023 (Processo 7824-11.2021.6.15.8000/TRE-PB, evento [0877932](#)).

A União, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ nº 04.565.735/0001-13, com foro na cidade de Porto Velho/RO, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889, Baixa União, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-901, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23.650/2021), doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ nº 24.376.542/0001-21, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, n. 416 – Sala 303 – Bairro: Centro – Florianópolis/SC, CEP.: 88.015-100, e-mail(s): contato@approachtec.com.br, telefone(s): (48) 4009-2160, a qual apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por **KENT JOHANN MODES**, brasileiro, portador da cédula de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram presente CONTRATO, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, consoante autorização constante no DESPACHO Nº 1240/ 2022 - PRES/DG/GABDG, de 26/09/2022 (evento [0902502](#)) e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência, cujas especificações estão descritas no Termo de Referência nº 42/2021 – TRE- PB/SEINF, Anexo I, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – TRE/PB e no Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO, que passam a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

1.2 - Descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente		
15	Appliance de backup	02
17	Instalação da appliance de backup	02



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.3 - As especificações técnicas dos itens que compõem o objeto contratual estão descritas no item 5 do Termo de Referência nº 42/2021 – TRE-PB/SEINF, anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022 TRE-PB e no Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODO DE FORNECIMENTO

2.1 - O fornecimento será realizado de forma integral, de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº 02/2022 – TRE/PB e seus anexos, no Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

3.1 - Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF e Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO, o CONTRATANTE se obriga a:

- a. promover, através do Gestor designado, o acompanhamento do fornecimento e dos serviços ajustados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- b. fornecer à CONTRATADA todas as informações importantes e pertinentes ao referido contrato, em tempo hábil, sem qualquer forma de reserva ou censura;
- c. proporcionar as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratadas;
- d. comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas ao serviço contratado;
- e. publicar o extrato do contrato no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, nos termos do art. 20, do Decreto nº 3555, de 08/08/2000;
- f. utilizar, no acompanhamento da execução contratual, um livro específico para o registro das eventuais ocorrências ou outro instrumento hábil (e-mail, notificações etc.), desde que preserve o histórico dos acontecimentos para futura análise por parte do Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g. observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h. efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato.
- i. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente contrato, bem como nas normas que disciplinam o setor.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização do fornecimento serão realizadas de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 04/2008 – PRES/TRE-RO, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

4.2 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela fornecimento e pelos serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais fornecidos, diretamente ou por prepostos designados.

4.3 – No TRE-RO a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC (e-mail: coseic@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências, e a fiscalização desta contratação será exercida pelo servidor titular da Seção de Suporte a Aplicações - SESAP (e-mail: sesap-ro@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Instrução Normativa nº 04/2008 – PRES/TRE-RO;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) considerar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao **Fiscal do Contrato:**

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Instrução Normativa nº 04/2008 – PRES/TRE-RO;
- b) acompanhar a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- c) recusar os materiais fornecidos em desacordo com o pactuado e determinar a sua substituição;
- d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- e) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF e no Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO, a CONTRATADA se obriga a:

- a) fornecer os materiais e prestar os serviços contratados em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022 e no Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO;
- b) entregar o objeto contratado nos prazos e condições previstos no item 2.2 do Projeto Básico n. 01/2022/ SESTIC/TRE-RO;
 - b1) A entrega dos bens e o início da prestação dos serviços devem ser agendadas com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;
- c) disponibilizar, na vigência do contrato, todas as atualizações dos softwares e firmwares dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) comunicar ao Gestor ou Responsável Técnico do CONTRATANTE, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto;
- e) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) comprovar a origem dos bens importados adquiridos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do produto, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme art. 3º, III, do Decreto n. 7.174/2010.
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- h) Responder pelos danos causados diretamente ao TRE-RO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do serviço contratado;
- i) Indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE-RO, ainda que involuntariamente, pelos seus funcionários ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;
- j) Encaminhar à Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação – COSEIC do TRE-RO a NOTA FISCAL/FATURA do serviço realizado;
- k) Apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA do serviço executado, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso estes documentos não estejam disponíveis no SICAF e no sítio da Justiça do Trabalho;
- l) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço contratado, sem prévia autorização do Tribunal.
- m) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer materiais que venham a ser fornecidos, ou serviços que tenham sido prestados pela CONTRATADA, sem que tenha sido previsto neste contrato ou fora de sua vigência;

6.2 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

6.3 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da aquisição objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE-RO;

6.4 - **Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante neste último.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 - O objeto do presente contrato será recebido provisória e definitivamente, por meio de termos circunstanciados especificamente elaborados para este fim:

a) o Termo de Recebimento Provisório será emitido por servidor ou comissão do TRE-RO, devidamente constituída para este fim, em **até 5 dias úteis após a entrega do objeto contratado;**

b) O Termo de Recebimento Definitivo será emitido por servidor ou comissão do TRE-RO devidamente constituída para este fim, em **até 10 dias úteis após a entrega do objeto.**

7.2 - O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto contratado descrito na cláusula primeira, os seguintes valores:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item do edital	Descrição (Ata de registro de Preço n. 38/2022 TRE-PB)	Quant. a aderida	Valor unitário R\$	Valor total R\$
15	Appliance de backup	02	580.000,00	1.160.000,00
17	Instalação da appliance de backup	02	7.500,00	15.000,00
Valor Total da contratação			R\$ 1.175.000,00	

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

9.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo aos bens fornecidos, deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC do TRE-RO, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

9.1.2 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

9.1.2.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação descrita no item 5.1, "o", da CLÁUSULA QUINTA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

9.1.3.1 - O Contratante se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

9.1.3.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

9.1.3.3 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

9.2 - O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

9.2.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

9.2.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

9.4 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE-RO procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

9.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º, da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E DAS CONTRIBUIÇÕES

10.1 - De acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para a Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica contratada, pela prestação do serviço, objeto deste contrato, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa.

10.1.1 - Caso a pessoa jurídica contratada seja optante do “SIMPLES” esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retromencionada.

10.1.2 - Consoante disciplina o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as empresas optantes do Simples Nacional, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, apresentar ao CONTRATANTE declaração assinada por seu representante legal, de acordo com os modelos dos Anexos II, III ou IV da referida norma.

10.1.3 - As entidades beneficentes de assistência social, previstas nos incisos III e IV do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente à declaração constante dos Anexos II ou III da citada norma, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2 - Com base nos preceitos da legislação municipal correspondente, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

10.3 - Consoante disciplina o art. 31 da Lei nº 8.212/93, o TRE-RO reterá, para recolhimento à Seguridade Social em nome da Contratada, 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 - O presente contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua última assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Função Programática: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.40.22 e 44.90.52.43.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foram emitidas as Notas de Empenho 2022NE000657 e 2022NE000659, todas de 27 de setembro de 2022, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.1.1 - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade Seguro Garantia, **a apólice de seguro deverá ter de vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do presente contrato;**

14.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens “a” a “c” do item anterior.

14.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada junto à Caixa Econômica Federal, devendo o valor ser corrigido monetariamente.

14.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.7 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRE-RO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.8 - Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.9 - A CONTRATADA obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 15.1 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

15.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

15.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o contrato, se for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

15.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 16.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019

15.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

15.4.1 - apresentar documentação falsa;

15.4.2 - causar o atraso na execução do objeto;

15.4.3 - não mantiver a proposta;

15.4.4 - falhar na execução do contrato;

15.4.5 – fraudar a execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.4.6– comportar-se de modo inidôneo;

15.4.7- declarar informações falsas; e

15.4.8 - cometer fraude fiscal.

15.5. Para os fins do item 16.4.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

15.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

15.6.1 – multa moratória de:

15.6.1.1 – 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

15.6.1.2 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no item 6.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

15.7 – As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 16.1.

15.8 – Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

15.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste TRE-RO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

15.10 – A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

15.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

15.13 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

15.14 – As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

17.1 - O presente contrato tem apoio legal no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – TRE-PB e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da contratada, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e foi celebrado em conformidade com a ARP nº 38/2022 TRE-PB, Projeto Básico n. 2022/TRE-RO, e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 7824-11.2021.6.15.8000, daquele Regional e com o Processo SEI nº 0000065-35.2020.6.22.8000 deste TRE-RO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 27 de setembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	KENT JOHANN MODES Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/09/2022, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KENT JOHANN MODES, Usuário Externo**, em 28/09/2022, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/09/2022, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/09/2022, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0907341** e o código CRC **93260F7A**.

0000065-35.2020.6.22.8000

0907341v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 1/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SESTIC

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nas disposições do Decreto n. 7.892/2013, alteradas pelo Decreto n. 9.488/2018 e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, elabora-se este Termo de Referência.

2. DO OBJETO

Este projeto básico destina-se a aquisição de solução de cópia de segurança e resiliência cibernética, composta por equipamentos (*hardware*), incluindo os serviços de implementação (instalação e configuração), garantia por 36 meses e suporte técnico especializado disponível 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), conforme quadro sintético abaixo:

Lote	Item	Descrição sucinta	Quantidade
1	01	Appliance de armazenamento de dados especializado em cópias de segurança	02
	02	Serviços de implantação (instalação, configuração e operação assistida)	02



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

Dar-se-á a aquisição por meio de adesão à **Ata de Registro de Preço - ARP n. 38/2022 do Pregão eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba** em conformidade com o Art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018

Item do edital	Descrição (Ata de registro de Preço n. 38/2022 TRE-PB)	Quantidade da Ata	Quant. a ser aderida	Valor unitário R\$	Valor total R\$
15	Appliance de backup	20	02	580.000,00	1.160.000,00
17	Instalação da appliance de backup	18	02	7.500,00	15.000,00
Total					1.175.000,00

2.2 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo de entrega: 60 dias corridos a partir da assinatura do contrato, conforme item 6.3.1 do termo de referência, Anexo I do edital do pregão eletrônico n. 38/2022 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Local de entrega: em horário comercial, na Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 -Bairro Baixa da União, Anexo II nesta cidade de Porto Velho – RO

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Como já registrado item 2 da ANÁLISE DE VIABILIDADE (0890230), para reestruturação do Centro de Dados, a STIC tem investido na aquisição de novos equipamentos e tecnologias, visando a renovação e modernização do parque tecnológico do centro de dados, tomando por base as boas práticas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adotadas pelo mercado. Nesse sentido, foram adquiridos novos servidores, softwares de virtualização computacional, de armazenamento e de redes, que em conjunto possibilitaram o TRE-RO possuir um SDDC - Data Center Definido por *Software* (do inglês *Software-Defined Data Center*).

Modernizado o processamento e armazenamento do Centro de Dados, fez-se necessário a modernização da solução de cópia de segurança de dados (*Backup*). Em 2017 foi iniciado a melhoria do ambiente de cópia de segurança com aquisição do software de backup VEEAM que fora implantado se utilizando dos recursos que foram descontinuados e estavam disponíveis após a modernização do centro de dados. **Ocorre que estes recursos se encontram fora do período de garantia, com ao menos 05 anos de uso e apresentando degradações de performance, o que sinalizam a proximidade de fim da sua vida útil.**

Importante ressaltar que a capacidade atual de armazenamento destes equipamentos utilizados como repositórios de *backup* é insuficiente para o volume de dados a ser salvaguardado, lembrando que o Pje está pleno uso, tanto na capital como no interior além de vários cartórios do interior terem iniciado a guarda de dados no ambiente da capital, de forma que foi necessário a priorização das rotinas de cópias de segurança, desativando as de menor prioridade e utilizando *backup* alternativos para os dados descobertos. **Outro fato em desfavor ao ambiente atual de cópias de segurança é ser baseado em fita LTO4** (para se ter uma noção da defasagem de nossa solução, a versão mais moderna é a **LTO 9**), que é bastante lento, tanto na leitura como na gravação dos dados, em comparação com novas soluções disponíveis no mercado para processo de cópia de segurança e de restauração de dados, além de não possuir a mesma escalabilidade das soluções atuais.

Outra motivação, talvez a mais importante, trata-se da necessidade de adição de uma proteção contra *softwares* destrutivos do tipo *ransomware*. Tão importante quanto ter uma cópia de segurança é ter uma cópia livre de ameaças, assim, em caso de ser necessário uma recuperação de dados, as chances de sucesso crescem substancialmente. A solução em comento traz muito mais segurança ao ambiente computacional do TRE-RO, por incluir na solução um repositório de dados não visível pela rede deixando os dados ali contidos impossibilitados de alteração ou exclusão (imutáveis).

Assim, para avançar ainda mais no ciclo de modernização iniciado, **pretende-se com esta contratação substituir a atual plataforma de cópias de segurança, com mais de 05 (cinco) anos de uso e que se utiliza de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equipamentos descontinuados oriundos da implantação do ambiente hiperconvergente, e do sistema de *backup* em fitas convencional, para uma solução moderna, que utiliza tecnologias de cópias de segurança em discos com possibilidade de envio para nuvem pública ou privada e com proteção contra ataques cibernéticos. A solução pleiteada tem maior durabilidade, escalabilidade e confiabilidade, além de maiores velocidades de transferência de dados e gerenciamento do armazenamento, menor uso de espaço de armazenamento, dentre muitos outros benefícios possíveis com a abstração da virtualização.

4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Do Planejamento

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este projeto básico detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Adicionalmente, a contratação em comento atua para dar cumprimento aos objetivos estratégicos traçados pelo CNJ, do planejamento estratégico do TRE-RO, do plano de contratações de TIC 2021, das principais ações do PDTI da STIC e da estratégia nacional de cibersegurança a saber:

- a. Resolução CNJ 370/2021, em seu art. 2, inciso I (estratégia nacional de Tecnologia da informação e comunicação do poder judiciário-ENTIC-JUD para o sexênio 2021-2026):

Art. 2º A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário é orientada em seu preâmbulo pelos objetivos dos seguintes componentes:

I – Objetivos estratégicos, distribuídos em três perspectivas:

c) Processos Internos:

Objetivo 7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Planejamento Estratégico do TRE-RO (2021/2026):

I - Como uma das principais perspectivas de atuação para alcance dos macrodesafios para aplicação do Planejamento Estratégico do TRE-RO (2021/2026), com relação aos Processos Internos, foi estabelecido o macrodesafio:

Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados de TI, que tem entre seus indicadores o "Índice de serviços críticos com gestão de risco e dentre as iniciativas estratégicas "Melhorar a gestão de riscos estratégicos".

c. Plano diretor de Tecnologia da Informação – PDTI:

Objetivo 6: Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados

d. Plano de contratações de soluções de TIC 2021:

a aquisição pleiteada neste documento encontra-se prevista no referido Plano, autorizado pela Diretoria Geral e Presidência deste TRE-RO com identificação 2021-P01, evento [0527334](#) do PSEI [0001040-57.2020.6.22.8000](#).

A solução em tela, portanto, tem por objetivo o cumprimento de premissas estratégicas para a Justiça Eleitoral, contribuindo para o alcance dos macrodesafios propostos. Além disso, a demanda também cumpre com objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Cibersegurança abordado pelo eixo estruturante E3: ferramentas Automatizadas descritas no grupo governança e continuidade: solução de Backup ([0731737](#)), pág.14.

4.2 DA JUSTIFICATIVA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Justifica-se a adesão à ata de registro de preços antes informada pela celeridade e vantajosidade financeira demonstrada no item 5 deste TR. Não há



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processo administrativo em curso objetivando adquirir equipamentos ou bens semelhantes àqueles objeto deste projeto básico. Também inexistente adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão.

Sob o aspecto normativo, a utilização de Ata de Registro de Preços por outro órgão da Administração Pública não participante do certame, é faculdade regulada pelo art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018, de modo que, durante sua vigência, a ARP poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

De acordo com o § 3º do referido dispositivo, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Por sua vez, o § 4º determina que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Nesses termos, cumpridas as premissas iniciais, optou-se pela adesão à ARP aqui identificada.

4.3 DOS VALORES DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

O valor da presente aquisição é de **R\$ 1.175.000,00 (Um milhão cento e setenta e cinco reais)**, correspondente ao somatório dos bens e serviços descritos no item 2.

As despesas para aquisições imediatas pelo TRE-RO, , correrão com recursos do ajuste/remanejamento do Orçamento Anual 2022 deste Tribunal, cujo enquadramento da despesa segue abaixo:

Item	Enquadramento da despesa
------	--------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Enquadramento da despesa
01	Categoria: Ordinário Agregador: Reaparelhamento Despesa Agregada: Equipamentos de Informática Plano Interno: AREA INFORM

5.0 DA DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE

Considerando o **Princípio da Vantajosidade**;

A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse geral por meio da execução do contrato. A maior vantagem configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração, o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresentasse quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. **A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a administração pública.**⁷⁹ (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos**. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2005.p.65 (**Grifo Nosso**))

Considerando o **Princípio da Economicidade** de que tratam os Arts. 70 e 74 da FC/88;

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. [...]

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando o **Art. 22, § 1º e 1º-A do decreto nº 7892/2013**;

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018\) \(Vigência\)](#)

Considerando a cláusula quarta - Da utilização por órgão não participante do anexo III do edital do pregão SRP n. 02/2022([0877930](#))

A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Considerando ainda que inicialmente o valor da contratação estava estimado em R\$ 2.322.603,75 para 5 anos, sei [0731511](#), o que representaria um valor ajustado de **R\$ 1.393.562,25** para 3 anos.

Considerando que após pesquisas pudemos identificar órgãos que possuem contratações similares:

Item	Órgão público	Identificação	Valor
01	Unir (0891063)	PE Nº 33/2021 (itens 12 e 18 do grupo 3)	R\$ 1.059.268,00
02	TRE-PB (0877932)	ARP Nº 38/2022	R\$ 1.175.000,00
03	Min. Saúde. Inst. Nacional de Traumatologia-Ortopedia	PE Nº 92/2021(itens 3 e 5)	R\$ 1.749.600,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Órgão público	Identificação	Valor
	(0891067)		

Obs. A ARP da unir não permite adesão conforme item 4 do anexo IV do edital Nº 33/2021 da Fundação Universidade Federal de Rondônia ([0891030](#)):

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Valor médio de **R\$ 1.327.956,00**

Verifica-se que o valor da adesão pleiteada, de **R\$ 1.175.000,00** está abaixo, tanto do valor previsto inicialmente para a contratação de **R\$ 1.393.562,25** (ajustado para 3 anos) como para o valor médio dos valores obtidos de pesquisa em contratações de órgãos públicos mais recentes, no valor de **R\$ 1.327.956,00**

Constata-se, portanto, economia com a adesão mencionada, além de outras vantagens, tais como:

I - Agilidade na contratação, evitando os longos prazos de eventual certame, publicações, apresentação de amostras, recursos, etc;

II - Redução dos riscos de contratação porque o fornecedor passou pelo crivo do certame original.

III – Rapidez na implantação, fator importantíssimo em se tratando de solução relacionada à segurança da informação e à proximidade das eleições 2022.

6.0 – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento ao art. 20 da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, apresentamos os seguintes elementos para instruir a aquisição:

6.1. Inexiste adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão;

6.2. Não há Participação em SRP do órgão gestor da ARP (inciso II): Prejudicado porque não se trata de órgão local.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.3. Vantagem da adesão (inciso III): Demonstrada no **item 5.0** deste Termo de Referência a economia após comparativo com o recente valor estimado para deflagração de certame, além de outros fatores de ordem não econômica que merecem ser considerados.

6.4. Documentos necessários (inciso IV): Foram juntados os seguintes documentos:

- a) Pesquisa de Preços: Como demonstrado no item 5 deste Termo de Referência. Quando possível, comparou-se com preços praticados na administração pública;
- b) Consulta aos Órgãos Gerenciadores ([0884680](#)) e autorização dos Órgão gerenciador à adesão ([0886936](#))
- c) Manifestação do Fornecedor: O fornecedor manifestou interesse no fornecimento, quantitativo e qualitativamente conforme o respectivos editais ([0885262](#))
- d) Atos que regem a contratação:

d.1) ARP nº 38/2022, PE SRP 02/2022 – TRE-PB:

- Cópia do Edital e anexos ([0877930](#));
- Cópia da ARP assinada e com vigência de 12(doze) meses contados a partir de 22/07/2022 ([0877932](#));
- Comprovação de publicação do Extrato de Registro de Preços DOU ([0877940](#)).

7.0 – DA CONTRATAÇÃO

Conforme **item 13.0** do Edital do Pregão Eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB.

No anexo IV do referido edital consta minuta de contrato.

8.0 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme estabelecido na cláusula sexta da ARP nº 38/2022, referente ao pregão eletrônico nº 02/2022 do TRE-PB, [0877932](#).

9.0 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Conforme estabelecidas no **item 6.4** do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional eleitoral da Paraíba – TRE-PB.

10.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme estabelecidas no **item 15** do Edital de Pregão Eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional eleitoral da Paraíba – TRE-PB.

.

11.0 - DO PAGAMENTO

Conforme cláusula décima da ARP nº 38/2022, referente ao pregão eletrônico nº 02/2022 do TRE-PB, [0877932](#).

12.0 - DA GARANTIA

Conforme cláusula décima quarta do anexo IV do pregão eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional eleitoral da Paraíba – TRE-PB.

13.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A **Gestão do contrato** será de responsabilidade da titular da **Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A **Fiscalização** do ajuste será realizada pelo titular da **Seção de Suporte a Aplicações (SESAP)**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registro no relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14.0 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

1. Edital PE SRP 02/2022 – TRE-PB e anexos ([0877930](#));
2. ARP n. 38/2022 – TRE-PB ([0877932](#));
3. Comprovação de publicação do Extrato de Registro de Preços DOU ([0877940](#));



Documento assinado eletronicamente por **FILIPE TEIXEIRA, Coordenador(a)**, em 02/09/2022, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Chefe de Seção**, em 02/09/2022, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN CARLOS ALVES DOS ANJOS, Chefe de Seção**, em 02/09/2022, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0890333** e o código CRC **1A289964**.

0000065-35.2020.6.22.8000

0890333v22



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000065-35.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC/SESTIC

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Aquisição de solução de cópia de segurança e resiliência cibernética - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 177 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado ainda no ano de 2020 pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, tendo como objeto a aquisição de equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação para implantação de solução de cópia de segurança (backup) em disco (APPLIANCE), para otimização da proteção de dados do TRE-RO, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia, conforme condições, prazos e especificações contidas neste termo de referência, consoante o Termo de Abertura SEGOVTIC [0493563](#).

02. Por meio do **Parecer Jurídico n. 211**, de 18/11/2021 ([0763030](#)), a unidade jurídica opinou pela contratação pretendida por licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19. Nessa mesma linha foi a manifestação do titular da SAOFC ([0763127](#)) e assim restou autorizada pela Autoridade Administrativa ([0763127](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. As minuta do edital do certame ([0772875](#)) e do futuro contrato ([0766134](#)) foram analisadas e aprovadas pelo **Parecer Jurídico n. 241**, de 30/12/2021 ([0777150](#)). Publicado o edital de Pregão Eletrônico n. 1/2022 ([0778035](#) e [0779348](#)), após diversos questionamentos e a constatação de erros materiais na descrição do objeto, o certame foi suspenso a pedido da equipe de planejamento ([0781477](#) e [0781238](#)).

04. Na sequência veio ao processo o novo Termo de Referência n. 2/2022-SESTIC ([0781274](#)), justificado pelo coletivo pela constatação de erro material no TR originário ([0731705](#)), no qual fora registrado "04 portas Ethernet 10Gbps (Base-T)", sendo o correto: "04 portas Ethernet 1Gbps (Base-T);" com manutenção de todas as demais condições ([0781281](#)).

05. Reaberto, o edital foi novamente objeto de diversos pedidos de esclarecimentos, todos respondidos pelo Pregoeiro e, ainda, uma impugnação, na forma dos documentos juntados nos volumes IV e V do processo, e que resultaram, já em fevereiro de 2022, em novo pedido de suspensão do certame ([0792790](#)), devidamente comunicado no sistema Compras.gov ([0793249](#)) e publicado no DOU ([0793251](#)).

06. Na data de 29/03/2022 sobreveio a Informação n. 9/2022-COSEIC, na qual o Coordenador dessa unidade, integrante da equipe de planejamento da contratação, considerou a recente apresentação de solução de proteção de dados integrada, que agrega o objeto da contratação com os softwares de backup em um único fabricante e que licenciamento de *software de backup* deste Tribunal precisaria de renovação em 2023, motivo pelo qual enviou o processo à SESTIC para inclusão de nova solução e reavaliação dos estudos preliminares quanto à capacidade de armazenamento necessária, inclusive para entrar em contato com TRE-ES e outros regionais ou órgãos que possuam solução semelhantes ([0807615](#)).

07. A partir dos estudos realizados com essa constatação, iniciou-se a instrução do processo com a finalidade de adesão na Ata de Registro de Preço - ARP n. 38/2022 do Pregão Eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba ([0877932](#)), gerenciada pelo TRE-PB e que tem como compromissária a **empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 24.376.542/0001-21, vindo ao processo inúmeros documentos os quais serão todos referidos mais adiante neste relato.

08. Na data de 02/09/2022 por meio da Informação n. 29/2022 ([0891589](#)), o Coordenador da COSEIC relatou os incidentes ocorridos no certame e justificou que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - tratava-se de objeto complexo e pouco conhecido pela equipe técnica responsável, motivo pelo qual demandou prazo acima do esperado e diversos ajustes, resultando em repetidas publicações e suspensões da licitação;

II - que mesmo com uma nova republicação sem intercorrência, estimava que o certame apenas iniciaria por volta de 15/09, seguido da elaboração e assinatura das ARPs e posterior emissão dos empenhos, prazos de entrega do equipamentos, tendo como inviável a entrega, aceite e liquidação do orçamento ainda no exercício de 2022, o que impossibilitaria a inscrição do crédito em restos a pagar, fato que prejudicaria sobremaneira a execução orçamentária de 2023;

III - que dada essa eventual impossibilidade da contratação, reiteradamente definida como prioritária desde o exercício de 2019, foram levantados possíveis cenários, a saber:

a) deflagração do certame sem intercorrências, com a contratação, entrega e liquidação no final do exercício (improvável);

b) deflagração do certame com intercorrências, com a contratação, entrega e inscrição do crédito em restos à pagar (provável);

c) mudança da contratação para adesão à ARP n. 38/2022 do TRE-PB ([0877932](#)), com tramitação simplificada, contratação, entrega e liquidação até o final do exercício 2022 (mais provável).;

IV - que levada a situação ao CETIC, aquela comitê decidiu pela aquisição da solução de *backup* por meio de adesão à ARP, haja vista que a tramitação de procedimento para adesão à ARP é mais simples e ágil, com maior probabilidade de conclusão ainda no exercício de 2022;

V - que foram realizadas as tratativas com o fornecedor, com pedido de anuência do fornecimento (Of. n. 1 [0884610](#) e e-mail [08846760](#)), e que obteve concordância ([0885262](#)) e pedidos de autorização por meio do SIASGnet e Of. n. 2 ([0884680](#)) encaminhado ao TRE-PB por e-mail ([0884807](#)), também resultando na autorização ([0886936](#)) daquele órgão gerenciador;

VI - que em nova pesquisa por contratações públicas desse objeto a adesão à referida ARP ficou abaixo do valor médio estimado, estando compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado na Informação conclusiva de valor estimado ([0891570](#));

VII - considerou ainda que, dado o impedimento de um dos membros da equipe de planejamento da contratação, o novo projeto Básico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

foi assinado pelos demais membros indicados na Portaria 5 ([0494929](#)) e que representam a maioria do referido coletivo;

VIII - Por fim, solicita ao Secretário da STIC:

- a) o cancelamento definitivo do certame PE SRP 01/2022;
- b) aprovação do Projeto Básico 1 ([0890333](#)), para adesão à ARP n. 38/2022 TRE-PB;
- c) por celeridade, sugere ainda que a tramitação da contratação da adesão à ARP, se dê no mesmo processo para que também sejam aproveitados, no que cabível, os estudos preliminares já produzidos.

09. As solicitações da COESEIC foram inteiramente acolhidas pelo Secretário da STIC ([0891757](#)), o qual, em observância ao **§1º do art. 13 da Resolução CNJ n. 182/2013**, enviou o processo à SAOFC para prosseguimento da contratação por meio de adesão à ARP, nos moldes da referida informação da COSEIC.

10. Nesta altura releva destacar os documentos que já haviam sido levados ao processo para a instrução da adesão:

- a) arquivo pdf do Edital do Pregão Eletrônico do TRE/PB n. 02/2022 e seus anexos, a saber: Anexo I, Termo de Referência; Anexo II com os quantitativos e especificações; Anexo III, minuta da ARP; Anexo IV, Minuta do contrato ([0877930](#));
- b) arquivo pdf da Ata de Registro de Preços n. 38/2022 ([0877932](#)) e do comprovante de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU de 25/7/2022 ([0877940](#));
- c) Solicitação de Adesão aos itens 15 e 16 da ARP citada ([0884680](#)) e a respectiva autorização do TRE-PB, na condição de órgão gerenciador, por meio do sistema Comprasnet ([0886936](#));
- d) solicitação e anuência do compromissária da ARP ([0884610](#) e [0885262](#));
- e) demonstração da pesquisas de preços realizadas pela equipe para a aferição da vantajosidade, juntadas ao processo e registradas na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0891570](#));
- f) Projeto básico n. 1/2022-SESTIC ([0891570](#)), devidamente assinado pela maioria dos membros do coletivo designado pela Portaria que consta do evento [0494929](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Por meio do Despacho 2271, de 5/9/22 ([0892340](#)), o titular da SAOFC determinou: **a)** o envio do processo à COMAP para conhecimento; **b)** à ASLIC para cancelamento definitivo do certame PE SRP 01/20022; **c)** à SAC para análise da Informação Conclusiva sobre o valor estimado e do Projeto Básico seus anexos; **d)** à COFC para eventual programação orçamentária da pretensa despesa; **e)** à SECONT para elaborar minuta de termo contratual; e, por fim, **f)** a esta unidade jurídica.

12. Por meio do Despacho 2353, de 8/9/22 ([0895253](#)), o titular da SAOFC complementou seu primeiro despacho, momento em que registrou que houvera solicitação de cancelamento definitivo do certame noticiado, **a critério da administração** ([0891757](#)) e encaminhou os autos à ASLIC para os procedimentos necessários para **revogação** do Pregão Eletrônico SRP n. 01/2022.

13. Para cumprimento dessa determinação da SAOFC foi publicado na p. 184 do DOU de 12/09/22 o aviso de revogação do referido certame ([0897109](#)), ato que também foi registrado no sistema Comprasnet, conforme certificado pela ASLIC ([0897112](#)).

14. Após análise preliminar dos documentos da contratação, a SAC solicitou as seguintes diligências ([0897467](#)):

a) comprovação da publicação do Edital PE n. 02/2022, do TRE-PB, juntada pela unidade no evento ([0898027](#)).

b) comprovação da publicação no DOU do extrato da ARP 38/2022, que na verdade já fora juntado no evento ([0877940](#));

c) juntar documentos de habilitação da compromissária, sendo juntadas: c1) certidões de regularidade para contratar com a Administração Pública ([0898150](#)), consistentes nos seguintes documentos: certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do FGTS, certidão negativa do CNJ quanto à condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa; c2) demais documentos, ao que parece, apresentados pela compromissária quando da habilitação no certame que se sagrou vencedora ([0898155](#)).

15. Cumprida a diligência, a unidade conclui pela regularidade do **PROJETO BÁSICO Nº 1/2022 - SESTIC** ([0890333](#)), complementado pelo Edital do Pregão Eletrônico SRP n. 02/2022 do TRE-Pb, regularmente publicado ([0898027](#)), pela Ata de Registro de Preços n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

38/2022, também regularmente publicada ([0898070](#)), consulta ao órgão gerenciador e à empresa contratada, eventos ([0885262](#) e [0886936](#)); bem como a pesquisa de preços realizada ([0891570](#)); segundo afirma, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93; ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 10.024/19 e do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO.

16. A COFC registrou e demonstrou que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício ([0898948](#)), motivo pelo qual veio ao processo a programação orçamentária no valor de **R\$ 1.175.000,00** (um milhão cento e setenta e cinco mil reais) para o custeio da despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I, do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa “que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro”.

17. Por fim, a SECONT trouxe ao processo a minuta do contrato que regulará a relação das partes ([0899020](#)), registrando em sua remessa a esta unidade ([0899021](#)) que foi elaborada com base nas informações constantes no evento [0890333](#) e anexos.

18. Assim instruídos, aportou o processo nesta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

19. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0000065-35.2020.6.22.8000) até a presente data.

20. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

21. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

22. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Preliminarmente - Da revogação do certame - Ato já produzido e publicado - Necessária ratificação por autoridade administrativa competente.

23. Como já registrado no **itens 12 e 13 deste parecer**, por meio do Despacho 2353, de 8/9/22 ([0895253](#)), o titular da SAOFC registrou que houvera solicitação de **cancelamento definitivo do certame** noticiado ([0891757](#)), a critério da administração, e encaminhou os autos à ASLIC para os procedimentos necessários para **revogação** do Pregão Eletrônico SRP n. 01/2022, sendo que, para cumprimento desse determinação da SAOFC, foi de fato publicado na p. 184 do DOU de 12/09/22 o aviso de revogação do referido certame ([0897109](#)), ato que também foi registrado no sistema Comprasnet, conforme certificado pela ASLIC ([0897112](#)).

24. Inicialmente, deve-se registrar que, acolhidas as vastas e esclarecedoras razões expostas na Informação n. 29/2022 ([0891589](#)), da lavra do Coordenador da COSEIC, também confirmadas pelo Secretário da STIC ([0891757](#)) e que apontaram para o necessária "cancelamento do certame" do PE SRP n. 01/2022 e a contratação da solução pretendida por meio de adesão à ARP n. 38/2022 TRE-PB, andou bem o Secretário da SAOFC quando entendeu que seria mesmo o caso de **revogação** do processo licitatório e não "cancelamento", como sugerido pela COSEIC.

25. Para não se alongar em demasia nesse tema, reproduzo parte do recente **Parecer Jurídico n. 141/2022** ([0882317](#)) desta unidade, no qual foi esclarecida a diferenciação jurídica entre os institutos da anulação, revogação e mesmo do dito "cancelamento" do certame licitatório. Veja-se:

07. Inicialmente, é mister principiar esta análise jurídica rememorando que a realização de uma licitação, independentemente da modalidade adotada, poderá ter



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como desfechos a deserção, fracasso, anulação, revogação ou, ainda, a contratação propriamente dita. Veja-se:

(...)

c) anulação: nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93, quando houver vício de legalidade (a Administração pode agir de ofício ou mediante provocação de terceiros). Ou, então, conforme disciplina **Marçal Justen Filho**, em seu livro *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1036: “A anulação corresponde ao reconhecimento pela própria Administração do vício do ato administrativo, desfazendo-o e a seus efeitos (acaso existentes). Já a revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação das funções atribuídas ao Estado”.

d) revogação: segundo o art. 49, *caput*, primeira parte, da Lei n. 8.666/93, decorre de fato superveniente devidamente comprovado no qual a realização do procedimento licitatório não é mais oportuna/ conveniente, embora o ato administrativo não esteja com vício ou defeito.

(...)

08. Constatase, assim, a **inexistência da figura específica/ autônoma do cancelamento de determinado certame licitatório ou de seus itens**. Seu desfazimento, quando não for o caso de consequente contratação (a ser antecedida dos atos de adjudicação e homologação), ocorrerá pela via de anulação ou da revogação, de acordo com a situação.

09. A corroborar com este posicionamento, insta transcrever o entendimento de **Justen Filho** na obra já mencionada:

Não existe uma terceira alternativa para desfazimento da licitação. Ou seja, **não existe uma figura jurídica autônoma de “cancelamento da licitação”**. É necessário afirmar essa obviedade porque há casos em que a Administração pretende extinguir uma licitação sem observar os requisitos da anulação nem da revogação. Produz-se, então, um ato administrativo destituído de qualquer validade, proclamando o “cancelamento” do certame. Ora, **a extinção de uma licitação pela autoridade superior apenas pode fazer-se em virtude de razões de invalidade (anulação) de conveniência (revogação)**. Não existe, no ordenamento jurídico brasileiro, um ato discricionário e imotivado de extinção da licitação por “cancelamento”. Se praticado o “cancelamento”, deverá verificar-se o motivo invocado. Senão existir motivo algum, configura-se ato administrativo arbitrário e nulo, merecedor de profunda reprovação jurídica. Se o motivo for relacionado à validade do certame, estará configurada uma anulação. Se o motivo exteriorizar um juízo de ausência de conveniência da licitação, existirá uma revogação.

26. Assim, tratando-se de fato superveniente devidamente comprovado atestando que a realização do procedimento licitatório não seria mais oportuna ou conveniente, como é o caso em análise - tem-se lugar efetivamente a **figura jurídica da revogação**, aliás com expressa e extensa previsão no edital do certame, na legislação do Pregão Eletrônico, como também na Lei de Licitações, aqui também aplicada. Veja-se:

Edital do PE SRP n. 01/2022:

19.11. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.12. A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

19.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

19.14. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Lei n. 8666/1993:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27. Assim, não resta dúvida tratar-se de desfecho que se opera por meio da revogação do certame, como dito, já "autorizada" pelo titular da SOFC e com publicidade ocorrida nos meios de divulgação oficial. **Contudo**, todos os dispositivos normativos suprarreferidos são uníssomos ao conferir a **competência revocatória** à mesma autoridade competente para a autorização do certame, homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto, que no âmbito deste Tribunal é a titular da Diretoria-Geral, por expressa delegação de competência conferida pela Portaria PRES/TRE-RO n. 66/2018.

28. Dessa forma, como o ato era adequado ao desfecho pretendido, **poderá** a revogação antes autorizada pelo Secretário da SAOFC por meio do Despacho n. 2353, de 08/09/22 ([0895253](#)) - já publicada no DOU, na data de 12/09/22 ([0895253](#)) - **ser ratificada** pela senhora Diretora-Geral deste Tribunal para que surtam os efeitos legais esperados. Essa é a solução prevista na **Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, veja-se:

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

29. Nesse mesmo sentido encontra-se o seguinte excerto, extraído de resposta à consulta sobre o tema nas **Orientações da Negócios Públicos na ferramenta Sollicita**, disponível em: <https://www.sollicita.com.br>:

(...)

Não obstante estas irregularidades, considerando-se que o vício verificado concerne à competência do agente, seria cogitável a convalidação do ato viciado (...), por meio da qual o saneamento da irregularidade se processa por meio da repetição do ato no momento presente de modo válido pelo agente competente (...). Neste sentido, aliás, vede o que dispõe o art. 55 da Lei 9.784/99: “em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração”. Bem como, os esclarecedores ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de MELLO, relativamente à figura da convalidação:

A convalidação é o suprimimento da invalidade de um ato com efeitos retroativos. Este suprimimento pode derivar de um ato da Administração ou de um ato do particular afetado pelo provimento viciado.

Quando promana da Administração, esta corrige o defeito do primeiro ato mediante um segundo ato, o qual produz de forma consoante com o Direito aquilo que dantes fora efetuado de modo dissonante com o Direito.

Mas com uma particularidade: seu alcance específico consiste precisamente em ter efeito retroativo. (...) É claro, pois, que só pode haver convalidação quando o ato possa ser produzido validamente no presente. Importa que o vício não seja de molde a impedir reprodução válida do ato. Só são convalidáveis atos que podem ser legitimamente produzidos² - **MELLO, Celso Antônio Bandeira de**. Curso de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 482 (sem destaques no original).

Prática esta, aliás, igualmente prevista pela Lei 10.406/02 (Código Civil), relativamente à outorga de mandato/procuração por agente incompetente. Observe-se o que dispõe o seu art. 662, in verbis: “Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, **salvo se este os ratificar**” (sem grifos no original). Ocorre que, **especificamente no que diz respeito à convalidação de atos praticados por agente incompetente, há que se observar as seguintes lições de Maria Sylvia Zanella Di PIETRO**. Veja-se:

Quanto ao sujeito, se o ato for praticado com vício de incompetência, admite-se a convalidação, que nesse caso recebe o nome de ratificação, desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade. (...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao motivo e à finalidade, nunca é possível a convalidação. No que se refere ao motivo, isto ocorre porque ele corresponde a situação de fato que ou ocorreu ou não ocorreu; não há como alterar, com efeito retroativo, uma situação de fato. Em relação à finalidade, se o ato foi praticado contra o interesse público ou com finalidade diversa do que decorre da lei, também não é possível a sua correção; não se pode corrigir um resultado que estava na intenção do agente que praticou o ato. O objeto ou conteúdo ilegal não pode ser objeto de convalidação. (...) quando o vício atinge o objeto ou conteúdo do ato administrativo, quantas vezes houver sua reprodução observar-se-á redundância, em repetição, do erro original que pela sanatória se buscaria extirpar³ (sem grifos no original).

30. Assim, para ratificação do ato de revogação, **poderá** a Diretora-Geral do TRE-RO, autoridade efetivamente competente para a prática do ato:

I - previamente à eventual adesão à ARP pretendida, **RATIFICAR** o despacho de revogação ([0895253](#)) por meio de novo despacho revocatório;

II - registrar que seus efeitos retroagem à 12/09/2022, data da publicação do ato viciado na p. 184 da Seção 3 do DOU ([0897109](#));

III - determinar sua publicação também no DOU - mesmo veículo de divulgação do ato anterior - para que surtam os efeitos jurídicos pretendidos e, querendo, nos demais meios em que foi divulgado: Sistema Comprasnet e sítio da internet deste Tribunal ([0897109](#)).

31. Sendo possível a operacionalização, poderá o ato convalidatório ser publicado no DOU juntamente com o eventual ato de autorização da adesão pleiteada neste processo, devendo aquele ser anunciado na ordem lógica antecedente a esse.

3.2 Da regularidade na formação do processo de contratação de Solução de TIC.

32. Releva registrar que a regularidade da instrução do processo - consistente em uma solução de TIC e que, portanto, deve observar o procedimento da **Resolução CNJ n. 182/2013**, que disciplina as diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário - foi aferida no item 3.1 do Parecer Jurídico n. 211/2021 ([0763030](#)) e agora reafirmada pela SAC por meio da análise do PB e dos demais documentos da contratação, juntada no evento [0898448](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. De fato, verifica-se que a solução definida no PB n. 01/2022 - COSEIC/SESTIC não sofreu alterações significativas em relação àquela originalmente definida na oficialização da demanda e da análise de viabilidade que constam do processo. Vejam-se:

DOC OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA ([0689835](#)):

...

1.2 Descrição da Necessidade:

A necessidade consiste em **aprimorar a solução de cópia de segurança dos dados institucionais do TRE-RO.**

ANÁLISE VIABILIDADE ([0708473](#)):

1- NOME DA SOLUÇÃO DE TIC

Aquisição de sistema de armazenamento em discos magnéticos (*appliance*), para utilização no processo de cópias de segurança e restauração de dados de forma a assegurar a integridade e a disponibilidade das informações mantidas em solução de TIC, com suporte e garantia do fabricante por um período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses.

PROJETO BÁSICO 1/2022 - COSEIC/SESTIC ([0890333](#)):

2. DO OBJETO

Este projeto básico destina-se a aquisição de solução de cópia de segurança e resiliência cibernética, composta por equipamentos (*hardware*), incluindo os serviços de implementação (instalação e configuração), garantia por 36 meses e suporte técnico especializado disponível 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana (...))

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Como já registrado item 2 da ANÁLISE DE VIABILIDADE (0890230), para reestruturação do Centro de Dados, a STIC tem investido na aquisição de novos equipamentos e tecnologias, visando a renovação e modernização do parque tecnológico do centro de dados, tomando por base as boas práticas adotadas pelo mercado. Nesse sentido, foram adquiridos novos servidores, softwares de virtualização computacional, de armazenamento e de redes, que em conjunto possibilitaram o TRE-RO possuir um SDDC - Data Center Definido por *Software* (do inglês *Software-Defined Data Center*).

34. As alterações estão justificadas na Informação n. 9/2022-COSEIC, de 29/03/2022, da lavra do Coordenador da COSEIC, considerando a recente apresentação de solução de proteção de dados integrada, que agrega o objeto da contratação com os softwares de backup em um único fabricante e que o licenciamento de *software de backup* deste Tribunal precisaria de renovação em 2023, motivo pelo qual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

enviou o processo à SESTIC para inclusão de nova solução e reavaliação dos estudos preliminares quanto à capacidade de armazenamento necessária, inclusive para entrar em contato com TRE-ES e outros regionais ou órgãos que possuam solução semelhantes ([0807615](#)).

35. Contudo, não se pode perder de vista que, enquanto os documentos da fase de planejamento concluíram pela formação de registro de preços por meio de pregão eletrônico, agora pretende-se contratar a solução apontada por meio de adesão a uma ARP.

36. Quanto a esse ponto, verifica-se que a Informação n. 29/2022 ([0891589](#)) também do Coordenador da COSEIC, registra que a alteração na estratégia da contratação foi submetida ao CETIC, havendo esse comitê decidido pela **aquisição da solução de backup** considerando que a tramitação desse procedimento seria mais simples e ágil, com maior probabilidade de conclusão ainda no exercício de 2022, fato que foi comprovado por esta unidade após consulta à ata da reunião do Comitê Executivo de TIC (CETIC), ocorrida no dia 05/08/22 ([0875005](#)).

37. Por sua vez, verifica-se que esse é o fórum efetivamente competente para a decisão acima relatada, conforme estabelece a **Resolução TRE-RO n. 29, de 4 de dezembro de 2015**, que dispõe sobre a Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e na qual está previsto:

Art. 12. Ao CETIC compete:

I - sugerir ao CDTIC, através do titular da STI, políticas, princípios e diretrizes que devam orientar a forma de utilização da TIC no TRE/RO, bem como objetivos de TIC para o Tribunal;

II - formular, deliberar e coordenar planos necessários ao alcance dos objetivos de TIC;

III - apresentar periodicamente ao CDTIC, através do titular da STI, informações consolidadas sobre a situação da gestão e do uso de TIC;

IV - promover a excelência operacional da TIC;

V - decidir sobre aspectos relacionados à arquitetura e à infraestrutura de TIC;

VI - apresentar, através do titular da STI, propostas de investimentos em TIC para o CDTIC;

VII - propor a alocação de recursos orçamentários destinados à TIC, planejando e acompanhando, em articulação com as unidades competentes, o uso desses recursos para contratação de soluções de TIC. (sem destaque no original)

38. Deve-se destacar ainda que a verificação da vantajosidade da nova estratégia para a contratação da solução pretendida foi antecedida por recente pesquisa de preços do objeto pretendido por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio de consulta às contratações da Administração Pública e que comprovaram que os preços da ARP indicada são inferiores ao valor médio estimado, estando portanto compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado na Informação conclusiva de valor estimado ([0891570](#)).

39. Dessa forma, pode-se concluir que a solução registrada no PB n. 01/2022-COSEIC/SESTIC reproduz a solução originalmente desenhada na fase de planejamento da contratação, adequada como os elementos entendidos como necessárias pelo CETIC, fórum competente para esse ato. Até porque não poderia ser diferente pelo que registrado no referido PB, que indica no seu capítulo 4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, o alinhamento harmônico da solução pretendida com "(...)objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Cibersegurança abordado pelo eixo estruturante E3: ferramentas Automatizadas descritas no grupo governança e continuidade: solução de Backup ([0731737](#)), pág.14."

3.3 Da adesão a ata de registro de preço.

40. A contratação ora pretendida pela Administração tem sua origem em **Ata de Registro de Preços n. 38/2022** gerenciado pela **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**. Dessa forma, este Tribunal atuará na condição de **órgão não participante** do registro originário, situação conhecida na prática administrativa como a figura do “**carona**” em um registro de preços já em movimento/andamento, situação jurídica definida pelo **artigo 22 e parágrafos do Decreto n. 7.892/2013**, recentemente alterado pelo **Decreto n. 9.488/2018**.

41. Nessa circunstância, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos na legislação pertinente (**Decreto n. 7.892/2013**), e também elencados no **art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008**, adiante reproduzido:

Art. 20. Sempre que conveniente, poderá o TRE/RO realizar aquisições ou contratações de serviços através da adesão à atas de registro de preços de outros órgãos.

§ 1º A unidade solicitante instruirá os processo com os seguintes elementos específicos:

I – indicar, já na solicitação inicial à SAOFC, a possibilidade de processar a aquisição através da adesão a uma ata de registro de preços, registrando a inexistência de adjudicatário ou contratado no próprio órgão para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - justificar, na própria solicitação, os motivos pelos quais não ingressou como participante desde o início da implantação do sistema, quando se tratar de adesão a atas de órgãos federais locais;

III – justificar, no termo de referência, a vantajosidade da adesão, através da demonstração de custo-benefício em relação à aquisição tradicional;

IV – instruir o processo com os seguintes documentos:

a) pesquisa de preços, preferencialmente com dados comparativos em outras atas de registros de preços;

b) consulta prévia ao órgão gerenciador da ata de registro de preços sobre a possibilidade da adesão pleiteada;

c) manifestação expressa do interesse do compromissário em realizar o fornecimento ou contratação do serviço;

d) atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços, a comprovação de sua vigência e cópia do edital que estabelece as obrigações da futura contratada.

§ 2º Juntado o termo de referência, deverão ser cumpridos, no que aplicável, os procedimentos descritos nos artigos 5º a 16 desta Instrução Normativa que disciplinam as regras gerais acerca de contratação através de licitação.

§ 3º Compete à administração do TRE/RO aplicar eventuais penalidades aos contratados através de adesão de registro de preços, observadas as regras dos atos de contratação e o procedimento disciplinado nesta Instrução Normativa.

§ 4º Em se tratando de adesão a ata de registro de preços de órgãos de outra esfera de governo, deverá ser observado pela Administração do TRE/RO se o edital e demais procedimentos atenderam aos requisitos exigidos em legislação federal.

42. Todas as exigências foram atendidas pelos documentos juntados ao processo, o qual estão relatados na Informação n. 29/2022 ([0891589](#)) do Coordenador da COSEIC, como também no **item 10 deste parecer**; conferidos pela análise da SAC ([0898448](#)), unidade que ainda adotou a cautela de fazer trazer ao processo a comprovação da publicação do Edital PE n. 02/2022, do TRE-PB, juntada pela unidade no evento ([0898027](#)); as certidões de regularidade para contratar com a Administração Pública ([0898150](#)) e demais documentos, ao que parece, apresentados pela compromissária quando da habilitação no certame que sagrou-se vencedora ([0898155](#)).

43. Verifica-se, ainda o cumprimento do requisito do limite da quantidade de 50% para a adesão em relação aos quantitativos dos itens registrados na ARP, determinado pelo **art. 22, § 3º, do decreto** citado e demonstrado no item 2.1 do PB em análise. Desta forma, a adesão pretendida poderá ser levada a cabo, uma vez que também há anuência do órgão gerenciador ([0886936](#)), bem como da **empresa** detentora da ARP ([0885262](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

44. Com relação à validade da Ata de Registro de Preços, o entendimento da Controladoria Geral da União - CGU em cartilha onde trata de Sistema de Registro de Preços, Edição Revisada do ano de 2014, especificamente na pergunta n. 33, anota que o prazo de validade da ARP se dá conforme estiver estabelecido na própria ata, veja-se:

33. O prazo da validade da ARP inicia a contagem na data da assinatura ou de sua publicação no D.O.U.?

O prazo de início da validade é definido na própria ata de registro de preços, sendo que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas as eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa forma, o prazo de validade da ARP inicia na data de sua assinatura se assim **estiver estabelecido na própria ata**. (Sem grifo no original)

45. No caso sob análise, o prazo de validade da ARP TRE-PB n. 38/2022 é estabelecido por sua CLÁUSULA OITAVA em 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura eletrônica, que ocorreu em 22/07/2022 (0877932), estando, portanto, plenamente dentro de sua vigência.

46. Cabe ainda destacar que, na eventualidade de aplicação de sanções à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no tópico 15 do Edital PE SRP n. 2/2022 do TRE-PB (0877930), conforme registrado no item 10 do PB em análise e também reproduzidas na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA da minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes (0899020).

47. Reprise-se, posto que já citado neste parecer, que a equipe de planejamento não descuidou da verificação da vantajosidade da nova estratégia para a contratação da solução pretendida, antecedida por nova pesquisa de preços do objeto pretendido por meio de consulta às contratações da Administração Pública e que comprovaram que os preços da ARP indicada são inferiores ao valor médio estimado, estando portanto compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pelos elementos que constam da Informação conclusiva de valor estimado (0891570).

48. Por sua vez, o **Projeto Básico n. 01/2022 (0890333)** - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador (0877930), além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços TRE-PB n. 38/2022 (0877932), reúne os elementos necessários à caracterização do objeto, na forma do art. 14 da Lei n. 8.666/93, além dos elementos essenciais, no que aplicável e definidos no inciso IX do artigo 6º dessa mesma Lei, **podendo ser aprovado pela autoridade superior.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – DA CONCLUSÃO

49. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pelos fundamentos de fato e de direito expostos no item 3.1 deste parecer, pela possibilidade de **ratificação do ato de revogação juntado no evento [0895253](#)**, o qual, embora adequado à situação que se pretendia solucionar foi praticado por autoridade incompetente, conforme apontado neste parecer, **podendo** a Diretora-Geral do TRE-RO, autoridade efetivamente com competência para a prática do ato:

a) previamente à eventual adesão à ARP pretendida, **RATIFICAR** o despacho de revogação ([0895253](#)) por meio de novo despacho com caráter revocatório;

b) registrar que seus efeitos retroagem à 12/09/2022, data da publicação do ato viciado na p. 184 da Seção 3 do DOU ([0897109](#));

c) determinar sua publicação também no DOU - mesmo veículo de divulgação do ato viciado - para que surtam os efeitos jurídicos pretendidos e, querendo, nos demais meios em que foi divulgado: Sistema Comprasnet e sítio da internet deste Tribunal ([0897109](#)).

Sendo possível a operacionalização, poderá o ato convalidatório ser publicado no DOU juntamente com o eventual ato de autorização da adesão pleiteada neste processo, devendo aquele ser anunciado na ordem lógica antecedente a esse.

II - Pelos fundamentos de fato e de direito expostos no item 3.2 deste parecer, pela regularidade da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da **Resolução CNJ n. 182/2013**, considerando ainda a competência do Comitê Executivo de TIC (CETIC) definida no **art. 12, VII, da Resolução TRE-RO n. 29/2015**;

III - Pelos fundamentos de fato e de direito expostos no item 3.3 deste parecer, poderá a Administração autorizar a adesão deste órgão à ARP n. 38/2022, gerenciada pela TRIBUNAL REGIONAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELEITORAL DA PARAÍBA, com fundamento no **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93** e **art. 22, do Decreto n. 7.892/2013**.

Conforme registrado no **item 16 deste parecer**, a COFC registrou e demonstrou que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício ([0898948](#)) e foi juntado no processo a programação orçamentária no valor de **R\$ 1.175.000,00** (um milhão cento e setenta e cinco mil reais) para o custeio da despesa e a informação de que “(...) *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro*”.

Registra-se que, conforme apontado pelo coletivo da contratação no item 4.2 do PB em análise, não há processo administrativo em curso objetivando adquirir equipamentos ou bens semelhantes àqueles objeto do projeto básico. Também inexistente adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão.

Para a contratação pretendida o TRE-RO deverá observar o prazo máximo de **90 dias** após a autorização do órgão gerenciador - ocorrida em 26/08/2022, p. 3 do evento [0886936](#) - em cumprimento à regra do § 6º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, **portanto, com termo final em 24/11/2022**.

Orienta-se, também, que os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal e trabalhista, sejam **novamente aferidos e comprovados no ato da realização da contratação**.

Alerta-se à Administração para que observe rigorosamente a aquisição dos bens nos parâmetros qualitativos e quantitativos, sem descuidar dos valores consignados na Ata de Registro de Preços a que este Tribunal está aderindo.

50. Por fim, verifica-se que minuta do contrato que regulará os termos da contratação entre as partes, juntada pela SECONT no evento [0899020](#) e que foi elaborada tomando-se por base as regras já definidas nos documentos do registro de preços do TRE/PB que este Tribunal está aderindo, como também nas condições específicas que constam do PB n. 01/2022 ([0890333](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, motivo pelo qual esta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assessoria Jurídica **registra a aprovação de seus termos** para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 16/09/2022, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0899411** e o código CRC **CBA4B0FA**.

0000065-35.2020.6.22.8000

0899411v69



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000065-35.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC/SESTIC

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Aquisição de solução de cópia de segurança e resiliência cibernética

DESPACHO Nº 1240 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado ainda no ano de 2020 pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, tendo como objeto a aquisição de equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação para implantação de solução de cópia de segurança (backup) em disco (APPLIANCE), para otimização da proteção de dados do TRE-RO, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia, conforme



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições, prazos e especificações contidas neste termo de referência, consoante o Termo de Abertura SEGOVTIC [0493561](#).

Da Tramitação processual, verifica-se que num primeiro momento deflagrou-se licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica ([0763127](#)), havendo posteriores suspensões no certame para ajustes técnicos no Termo de Referência ([0781477](#), [0781238](#) e [0792790](#)), culminando com a inclusão na solução pretendida de aquisição de licenciamento de *software de backup* ([0807615](#)).

Visando a aquisição da solução ainda neste exercício financeiro, o Coordenador da COSEIC propôs como alternativa a adesão à Ata de Registro de Preço - ARP n. 38/2022 do Pregão Eletrônico n. 02/2022 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba ([0877932](#)), que tem como compromissária a **empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 24.376.542/0001-21, operacionalizando-se todos as tratativas com o fornecedor ([0885262](#)), bem como com o órgão gerenciador da ata no tocante a sua anuência ([0886936](#)).

Em seguida, os autos foram remetidos à SAOFC para prosseguimento da contratação por meio de adesão à ARP, nos moldes da referida informação da COSEIC, ocasião em que encaminhou os autos à ASLIC para os procedimentos necessários para **revogação** do Pregão Eletrônico SRP n. 01/2022 ([0895253](#)), havendo publicação do aviso de revogação do referido certame na p. 184 do DOU de 12/09/22 ([0897109](#)), ato que também foi registrado no sistema Comprasnet, conforme certificado pela ASLIC ([0897112](#)).

Houve a juntada do **Projeto Básico nº 1/2022 - SESTIC** ([0890333](#)) complementado pelo Edital do Pregão Eletrônico SRP n. 02/2022 do TRE-PB, regularmente publicado ([0898027](#)), Ata de Registro de Preços n. 38/2022, também regularmente publicada ([0898070](#)), consulta ao órgão gerenciador e à empresa contratada, eventos ([0885262](#) e [0886936](#)); bem como a pesquisa de preços realizada para nortear a contratação ([0891570](#)).

Após análise, a SAC concluiu que o Projeto Básico **1/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SESTIC** (0890333) e seus complementos encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º, da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. ([0898448](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COFC atestou a disponibilidade orçamentária, uma vez que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.175.000,00 (um milhão cento e setenta e cinco mil reais) - evento [0899012](#). Contendo, ainda, a informação que despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro e que a Proposta Orçamentária de 2022 foi registrada no processo n. [0003698-54.2020.6.22.8000](#).

A SECONT trouxe ao processo a minuta do contrato que regulará a relação das partes ([0899020](#)), remetendo à AJSAOFC para análise ([0899021](#)).

Assim, a AJSAOFC opinou pela **ratificação do ato de revogação juntado no evento [0895253](#)**, pela regularidade da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida nos termos da **Resolução CNJ n. 182/2013**, pela autorização da adesão à ARP n. 38/2022, gerenciada pela TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, com fundamento no **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93** e **art. 22, do Decreto n. 7.892/2013** e, por fim, aprovou a minuta de contrato juntada ao evento n. [0899020](#).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se no mesmo sentido da AJSAOFC ([0901880](#)).

Vieram os autos para apreciação, desta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que se encontra satisfatoriamente justificada a necessidade de revogação do certame e a contratação da solução pretendida por meio de adesão à Ata de Registro de Preço vigente, considerando, dentre outros motivos, a questão temporal para a aquisição da solução pretendida.

Contudo, conforme bem pontuado pela AJSAOFC, em que pese a superveniência dos atos relativos à revogação da licitação, a competência revocatória, em razão de dispositivos legais (Decreto n. 10.024/2019 e Lei n. 8.666/93) e da delegação de competência conferida pela Portaria PRES/TRE-RO n. 66/2018, cabe a esta Diretoria-Geral:

Portaria 66/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições descritas no art. 14, inciso XXVIII, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução do TRE/RO n. 36, de 10/12/2009,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESOLVE:

Art. 1º Delegar à Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia competência para praticar os seguintes atos:

(...)

V - decidir os recursos, homologar, **anular ou revogar**, total ou parcialmente, procedimentos licitatórios, bem como adjudicar o objeto licitado, dentro dos limites da delegação, nos termos da Lei; (grifei)

(...)

Contudo, nos termos previsto no **art. 55 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis, poderão ser convalidados pela própria Administração.

Considerando que o ato de revogação do certame era adequado ao desfecho pretendido, bem como o vício verificado ser concernente à competência do agente, não há óbice a se operacionalizar, nesta ocasião, a **RATIFICAÇÃO** do despacho de revogação ([0895253](#)), saneando a impropriedade apontada, para que surta os efeitos legais esperados, com efeitos retroativos à 12/09/2022, determinando-se a publicação do ato de ratificação no DOU e nos demais meios em que foi divulgado: Sistema Comprasnet e sítio da internet deste Tribunal ([0897109](#)).

Superada a questão relativa à validação do ato de revogação do certame, extrai-se a comprovada necessidade da aquisição pleiteada, tendo em vista o objetivo de aprimorar a solução da cópia de segurança dos dados institucionais do TRE-RO.

Além disso, verifica-se que toda a fase de estudo preliminar foi devidamente instruída pela unidade demandante por meio do DOD nº 0689835 / 2021 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, Análise de Viabilidade (0708473), Sustentação do Contrato (0708540), Estratégia para Contratação (0708579) e Análise de Riscos (0708584). Também foi juntada a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação (0891570), que já havia sido apreciada nesta Diretoria-Geral no momento da primeira análise do feito, nos termos do despacho juntado ao evento n. 0764350.

Consoante registrado no parecer da AJSAOFC, a solução definida no PB n. 01/2022 - COSEIC/SESTIC ([0890333](#)) não sofreu alterações significativas em relação àquela originalmente definida na oficialização da demanda e da análise de viabilidade que constam do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processo. As alterações estão justificadas na Informação n. 9/2022-COSEIC, de 29/03/2022, da lavra do Coordenador da COSEIC, considerando a recente apresentação de solução de proteção de dados integrada, que agrega o objeto da contratação com os softwares de backup em um único fabricante e que o licenciamento de *software de backup* deste Tribunal precisaria de renovação em 2023.

Contudo, nesta ocasião, pretende-se contratar a solução apontada por meio de adesão a uma ARP, tendo em vista que a tramitação desse procedimento apresenta-se mais simples e ágil, com maior probabilidade de conclusão ainda no exercício de 2022.

Verifica-se que todo o procedimento foi realizado nos moldes da legislação que rege a matéria, uma vez que foram realizadas as tratativas com o fornecedor, com pedido de anuência do fornecimento (Of. n. 1 [0884610](#) e e-mail [08846760](#)), obtendo-se sua concordância ([0885262](#)) e pedidos de autorização por meio do SIASGnet e Of. n. 2 ([0884680](#)) encaminhado ao TRE-PB por e-mail ([0884807](#)), também resultando na autorização ([0886936](#)) daquele órgão gerenciador.

Verifica-se também que efetuando-se novas pesquisas de preços tomando-se como base outras contratações públicas envolvendo o mesmo objeto, os valores praticados na referida ARP ficaram abaixo do valor médio estimado, estando compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado na Informação conclusiva de valor estimado ([0891570](#)).

Ademais, a tramitação da presente contratação se deu nos mesmos autos de realização do certame anterior aproveitando-se os estudos preliminares já produzidos, de modo que a regularidade da tramitação resta demonstrada com a juntada dos demais documentos relativos à adesão pretendida como o edital, ata de Registro de Preços n. 38/2022 ([0877932](#)), obedecendo o rol de requisitos exigidos na legislação pertinente (Decreto n. 7.892/2013), e também elencados no art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, conforme relatado na Informação n. 29/2022 ([0891589](#)) do Coordenador da COSEIC, como também no item 10 do parecer jurídico da AJSAOFC.

Sendo assim, verifica-se que a adesão pretendida poderá ser levada a cabo, uma vez que também há anuência do órgão gerenciador ([0886936](#)), bem como da **empresa** detentora da ARP ([0885262](#)) e a referida ata a qual se pretende aderir encontra-se em plena vigência nos termos de sua CLÁUSULA OITAVA - 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura eletrônica, que ocorreu em 22/07/2022 ([0877932](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1. **RATIFICO** o ato que revogou o Pregão Eletrônico nº 1/2022 (Despacho 2353 GABSAOFC, de 8/9/22 ([0895253](#)) - [0897109](#) - Aviso de Revogação), com efeitos retroativos a 12/09/2022, determinando sua publicação no DOU - mesmo veículo de divulgação do ato anterior - para que surtam os efeitos jurídicos pretendidos, bem como nos demais meios em que foi divulgado: Sistema Comprasnet e sítio da internet deste Tribunal;

2. **APROVO o Projeto Básico nº 1/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SESTIC ([0890333](#))**, pela autoridade competente, com fundamento no [Inc. IX do art. 6º c/c inc. I do §2º e §9º ambos do art. 7º da Lei n. 8.666/93](#);

3. **APROVO o valor estimado constante da informação conclusiva de evento 0891570**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

4. **AUTORIZO a contratação mediante adesão deste órgão à Ata de Registro de Preços n. 38/2022 ([0877932](#))**, resultante do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, cuja signatária é a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.376.542/0001-21, com fundamento [art. 15, II, da Lei n. 8.666/93](#) e [art. 22, do Decreto n. 7.892/2013](#); e

5. **AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho no valor de R\$ 1.175.000,00** (um milhão, cento e setenta e cinco mil reais) para aquisição e instalação de equipamentos de TIC, registrados na ARP nº 38/2022, em favor da empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.376.542/0001-21;e

Por fim, devem ser aferidos novamente os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal e trabalhista, no ato da efetivação da contratação, bem como observado o prazo de 90 (noventa) dias, contados da autorização do órgão gerenciador da ARP, para efetivação da aquisição, nos termos do § 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013 (**termo final em 24/11/2022**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Devolvam-se os autos ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/09/2022, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0902502** e o código CRC **851B79C0**.